

## A LITERATURA COMO MEDIAÇÃO

Leyla Perrone-Moisés

O tema escolhido para este congresso – “Mediações” – é muito atual, em sua generalidade, e muito oportuno num encontro de Literatura Comparada, por suas particularidades. A convocatória do congresso enfatiza a generalidade do tema, convidando a refletir sobre “a ação e o papel dos diversos mediadores culturais”, a inter-relação entre “universos culturais distintos”. Como professora e crítica literária, o que me interessa, no tema, são as particularidades que dizem respeito à literatura. Refletir *i-mediatemente* sobre os mediadores culturais, os territórios, as redes, o mercado, a mídia, as políticas e os agentes intelectuais é tarefa dos cientistas sociais. Refletir sobre o texto literário, seu modo de produção, sua destinação, sua recepção e seu alcance é tarefa dos pesquisadores literários.

Essa reflexão específica leva, *indiretamente*, a pensar a inserção do texto literário no universo social, com seus territórios, redes, práticas mercadológicas e políticas. Por outras palavras: o pesquisador literário parte de seu objeto particular, o texto, para chegar, através dele, ao contexto, e não o inverso. A repartição de tarefas, entre os pesquisadores das diversas áreas, otimiza a produção do saber. A interdisciplinaridade é a troca de informações precisas e bem fundamentadas entre várias disciplinas, e não um passeio amadorístico por várias áreas do saber, o qual redundaria numa a-disciplinaridade. É uma questão de divisão do trabalho, de formação teórica e prática, não de competência exclusiva. Bem poucos são os que transitam entre as áreas com real conhecimento das mesmas, e muitos os que se aventuram numa transdisciplinaridade ilusória.

Na última década, muitos pesquisadores literários perderam a confiança no valor intrínseco de sua disciplina. Como que complexados por não serem cientistas, ou envergonhados por não

estarem diretamente empenhados nas questões sociais do momento, improvisaram-se como antropólogos e sociólogos para ver apenas, nos textos literários, questões de etnia, gênero ou política. Ora, tudo isso está presente no texto literário, mas não de maneira imediata. O texto literário não é apenas reflexo e documento; o texto literário é uma forma de mediação, e uma mediação pela forma.

Atentar para a questão da forma não é formalismo. É decorrência daquilo que se entende por literatura. Evidentemente, o conceito de “literatura” é histórico. Não há uma essência literária, imutável através dos tempos. Entretanto, em cada momento, e segundo as circunstâncias, é possível chegar a um consenso provisório acerca do que se entende por “literatura”. Se ainda acreditarmos na especificidade dos estudos literários e desejarmos mantê-los como disciplina autônoma, necessitamos de um consenso mínimo a esse respeito, um consenso quanto às características básicas exigidas de um texto, para que este seja chamado de literário.

Embora a tendência da modernidade tardia seja a de ampliar o conceito de texto, para que este abrigue qualquer conjunto articulado de signos verbais, ou até mesmo não verbais ou não articulados, continua existindo um tipo de texto que se chama de literário. Salvo segunda ordem, é aquele tipo de texto verbal em que o *modo como* se diz é determinante *do que* se diz, isto é, o modo de dizer produz suplementos de sentido que o texto puramente informativo, referencial, comunicacional não produz. Esse suplemento de sentido, que é também abertura do mesmo para múltiplas interpretações, depende de um determinado arranjo dos signos. É o que antigamente se chamava de arte. *Dispositio*, diziam as antigas retóricas, “organizar as sensações”, dizia Cézanne. Ora, esse arranjo particular dos signos verbais, que caracteriza o texto literário, exige que vejamos a este como um *mediador* e não como um simples veículo de idéias ou de sentimentos.

Portanto, a primeira observação a ser feita, quando se trata de “literatura, em particular” (vide a convocatória deste congresso) é que a forma literária é, ela mesma, uma mediação. Como obra de linguagem, o texto literário é um mediador entre o autor e o leitor, e um mediador que pressupõe uma infinidade de mediações: línguas nacionais, repertórios culturais, pactos de leitura definidos pelos gêneros, pelo tom, etc. Todas essas mediações, sem as quais o texto é letra morta, precisam ser conhecidas, portanto ensinadas e aprendidas. Estudar a literatura apenas a partir da temática é a maneira mais pobre de a conceber. Reduzindo o texto literário à mesmice dos assuntos, a leitura temática empobrece não apenas o texto mas também o seu leitor.

Uma maneira muito frutífera de refletir acerca da mediação literária é retomar a antiga e sempre atual questão da mimese ou do “realismo”, desde Aristóteles e sua “corça com chifres” até a modernidade. Flaubert, geralmente considerado como o protótipo do escritor realista, dizia que “tudo o que se inventa é verdadeiro”, e considerava o naturalismo e o realismo “inépcias do mesmo calibre” (carta a Guy de Maupassant). Céline comparava a linguagem literária a um líquido que distorce o bastão nele mergulhado, sendo pois necessário “quebrar o bastão” antes de o mergulhar, para que pareça reto (entrevista radiofônica). Fernando Pessoa fazia notar que “os campos são mais verdes no dizer-se do que no seu verdor” (*Livro do desassossego*). Os exemplos poderiam multiplicar-se.

Os melhores teóricos modernos afinaram-se com os escritores. Auerbach mostrou a relatividade histórica da mimese, e Barthes, depois de observar que o que temos, na literatura, nunca é o real mas um “efeito de real”, reafirmou a “função utópica” dessa prática. Todos esses autores, e outros que poderiam ser invocados, nos lembram que o texto literário não é reflexo do real, mas mediação para alcançá-lo. Também é útil lembrar que, como mediador da realidade, muitas vezes o texto literário não coincide cronologicamente com esta, e que, pelo caminho da fantasia, costuma antecipá-la. Para pensarmos os problemas éticos, sociais e políticos mais

recentes e atuais, dispomos de Dostoiévski, Kafka, Conrad, George Orwell, Aldous Huxley, escritores modernos que renunciaram muito do que se vê na chamada “pós-modernidade”.

Assim, as múltiplas e complexas formas de mediação praticadas na e pela literatura bastariam para compor a pauta de um congresso “Mediações”. Se tivermos presente na lembrança que o texto literário é ele mesmo uma mediação, poderemos pensar as outras formas de mediação que se praticam a partir de, ou tendo por objeto o literário, sem cair no simplismo de o considerar apenas como meio de comunicação ou valor de troca entre os diferentes territórios e os vários agentes sociais. Dentre os diversos mediadores atuantes entre o texto literário e seu público, vou me concentrar em apenas dois deles: o crítico e o professor, para refletir, como sugere o programa do congresso, “sobre a atuação desses mediadores na atribuição de valores”.

Para tanto, recorrerei aos dois tipos de mediação previstos no vocabulário do direito internacional: mediação de conciliação e mediação de arbitragem. No primeiro tipo de mediação, o mediador tenta conciliar as partes em litígio; no segundo, assume o papel de árbitro e emite um juízo sobre o assunto litigioso. O crítico literário e o professor de literatura foram instituídos, como profissionais mediadores, no século XIX. No momento de sua instituição, e até o fim do século XX, esses dois mediadores se beneficiavam de um consenso social sobre o valor essencial da literatura, que os dispensava da conciliação de conflitos e lhes auferia uma autoridade de árbitros na matéria.

Ora, no presente estado da sociedade, não há consenso sobre os valores culturais, não há mais “a cultura”, mas “culturas”, entendendo-se por estas não apenas as não ocidentais-modernas mas qualquer conjunto de valores e práticas de uma maioria ou minoria. Assim, um litígio sem precedentes se instalou entre as antigas formas literárias e as novas, entre a tradição letrada e a experiência quotidiana da cultura de massa, entre o cânone e as margens, entre o livro e os novos suportes eletrônicos, etc. Ao mesmo tempo, o crítico e o professor de literatura foram

desinvestidos da autoridade de árbitros, pela inexistência, na matéria com que lidam, de critérios prévios para o juízo.

Seria portanto mais conveniente, para o crítico e para o professor atuais, a posição do conciliador. Mas a conciliação, no caso, é delicada, porque o limite entre a abertura de espírito e a tolerância ilimitada é tênue. Esses mediadores não podem se aferrar a velhos critérios e velhas práticas, não podem ignorar as profundas mudanças ocorridas no mundo, nas últimas décadas. Devem, pois, conciliar, isto é, flexibilizar seus juízos de valor. Até que ponto? É aí que reside a dificuldade.

Na ânsia de conciliação, o crítico passará a admitir e elogiar qualquer novidade, conteudística ou formal; reconhecerá a hegemonia do mercado, e a ele se submeterá; cederá ao poder dos *lobbies* das chamadas minorias. Para não se sentir desatualizado, o professor retirará de seus programas os textos canônicos e introduzirá, no lugar deles, textos de comunicação de massa, *best-sellers* do momento. Para não se sentir politicamente incorreto, valorizará qualquer produto vindo das “margens”, independentemente de seu valor estético (o que é uma forma de paternalismo politicamente incorreto). Para se sentir “plugado”, substituirá totalmente os livros pelos veículos eletrônicos, as aulas por vídeo-conferências ou por consultas na internet; deixará de ser mestre para se transformar em animador de auditório.

Ora, a conciliação desejável não é da ordem do “vale tudo”, ou do apaziguamento liberal dos conflitos. Os conflitos precisam ser reconhecidos e mesmo valorizados, como motor permanente de transformação. Mas, a cada nova situação, o conciliador é chamado a tomar partido, o que supõe uma arbitragem, isto é, um juízo crítico. Na presente situação, a alternativa se coloca entre a capitulação às seduções da cultura de massa, da tecnologia e da informação imediata, ou o aproveitamento destas para a ampliação do repertório e dos instrumentos de ensino e pesquisa. Informação não é conhecimento; conhecer é saber articular e interpretar as

informações, operações que, estas sim, se aprendem na escola. Não há mais autoridade, mas há responsabilidade, e esta é ainda maior quando já não tem o respaldo de valores universais e institucionais, devendo ser assumida por um juízo reflexivo.

Num artigo publicado na revista da Associação Internacional de Literatura Comparada, intitulado “Sete teses sobre o ensino da literatura”, Romano Luperini observa:

“O mundo atual liquidou os intelectuais como figuras de mediação dialógica e colocou em seu lugar o técnico especializado e o *entertainer*. Esses dois não têm nenhum compromisso com idéias e valores: o primeiro está preocupado com o domínio das habilidades específicas, e o segundo, com o domínio do espetáculo e da mitologia de massa. Cabe ao professor de humanidades, entretanto, estabelecer relações significativas entre o passado e o presente, explicando porque – e por meio de que valores – o passado não está morto para nós e, de fato, deve viver em nós e influenciar o futuro”<sup>1</sup>.

O grande engano, que já está afetando o ensino da literatura nos cursos básicos e universitários, é o de se considerar “democrático” adaptar os programas ao repertório e aos interesses imediatos dos estudantes, quando o papel do professor, como mediador, consiste justamente em oferecer a esses estudantes textos mais complexos do que aqueles com que ele se depara habitualmente, mostrar-lhes como os textos se inserem numa história e como produzem sentidos e valores. Ensinar aquilo que se chama, às vezes pejorativamente, de “tradição” ou de “cânone”, não é imobilizar os estudantes num culto acrítico do passado, mas oferecer-lhes a possibilidade de conhecê-lo, para compreender o presente e preparar o futuro.

É nesse sentido que um pensador como Derrida, considerado erroneamente como relativista, afirma: “Mesmo se pensamos que devemos *desconstruir* determinada tradição,

---

<sup>1</sup> Romano Luperini, “Seventeen Theses on the Teaching of Literature”, in *Literary Research*, vol. 17, no. 34, 2000, p. 261.

devemos insistir para que essa tradição seja ensinada, e ensinada mais do que nunca”<sup>2</sup>. Sem uma tradição construída ao longo do tempo, e conhecida a fundo, não pode haver “desconstrução”, no sentido derridiano dessa palavra, que é usada por muitos de modo leviano, como se fosse sinônimo simples de análise de conteúdo e crítica ideológica.

Assumir suas responsabilidades como mediador exige, do professor como do crítico literário, o exercício do papel de árbitro, e nenhum arbítrio é possível sem uma plataforma ética. A plataforma ética do mediador literário se esteia na convicção de que o texto literário é ele mesmo um mediador de valores: valor de conhecimento, valor de organizador e refinador da mente do leitor, valor de despertador do espírito crítico e da capacidade imaginativa, valor de invenção estética, em suma, todos aqueles valores que a literatura de consumo não possui, e a mídia embota. Mediar não é fazer média. A literatura que merece ser lida, divulgada e ensinada, é aquela que não faz média com o público, o mercado, a mídia ou a moda. Ela não concilia nem arbitra; oferece ao leitor os elementos que lhe permitirão ajuizar. Esse tipo de literatura não tem recepção imediata, nem ação imediata sobre a realidade, e é por isso que sua transmissão ainda exige mediadores como o crítico e o professor.

Na última década, esses dois tipos de mediadores foram colocados sob suspeita, a partir da suposição de que somente o desejo de poder, a defesa de uma raça, de uma cultura, de um sexo, de uma classe e de uma casta motivassem a sua concepção de literatura. Ora, se é fato que nenhuma tradição se elabora sem preconceitos ideológicos, é fato muito mais relevante que a cultura ocidental tem exercido uma auto-crítica que não apenas a tem transformado mas a tem revolucionado periodicamente. Os que rejeitam o conceito de “universalidade”, alegando que este é europeu, portanto abusivo e opressor, esquecem-se de que os princípios em nome dos quais eles o rejeitam - direitos humanos, direito das nações à auto-determinação, democracia, igualdade, tolerância - decorrem todos do Iluminismo europeu. E que os pensadores em que se baseiam os

---

<sup>2</sup> Jacques Derrida, “Des humanités et de la discipline philosophique”/ “Of the Humanities and Philosophical Disciplines”, in *Surfaces*, vol VI, 1996, p. 108.

críticos universitários da “universalidade” são, em sua maioria, ocidentais. A literatura ocidental tem sido, através dos séculos, um lugar privilegiado de auto-desmistificação de seus próprios valores. Para efetuar uma crítica ideológica e política, não é pois necessário atacar a literatura *de fora*, a partir de teorias políticas ou bandeiras de causas particulares. Basta que os escritores e os especialistas literários voltem a confiar na capacidade crítica e utópica da própria literatura, essa poderosa mediadora.